

2018 (Reapresentado)		2018 (Reapresentado)	
2019	2018	2019	2018
Lucro antes do IR e CS	1.375.653	378.602	
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social esperada	(467.722)	(128.725)	
Diferenças permanentes	(49.201)	22.386	
Imposto de renda e contribuição social diferido	(516.923)	(106.339)	
Alíquota efetiva	38%	28%	
Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será tributado na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. 14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 29 de março de 2019 houve aumento de capital em R\$1.232.255, mediante a emissão de 1.232.255 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 30 de junho de 2019 houve aumento de capital em R\$3.146.000, mediante a emissão de 3.146.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 30 de setembro de 2019 houve aumento de capital em R\$1.194.000, mediante a emissão de 1.194.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 27 de dezembro de 2019 houve aumento de capital em R\$831.000, mediante a emissão de 831.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$8.226.000 dividido em 8.226.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.			
b) Reservas de lucro:			
Saldo inicial	272.263	-	
Reserva legal (i)	42.936	33.693	
Reserva de retenção de lucros (ii)	807.636	238.570	
Total das reservas	1.122.835	272.263	
(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. 15. Receita operacional líquida			
Receita bruta		2018 (Reapresentado)	
		2019	2018
Receita de implementação da infraestrutura	11.606.623	2.132.835	
Margem de implementação da infraestrutura	2.101.824	376.459	
Remuneração do ativo de concessão	946.426	71.303	
Total da receita bruta	14.654.873	2.580.597	
DIRETORIA			
Marco Paulo Tanure - Diretor-Presidente		Carlos Frederico Pontual Moraes - Diretor	
		Sandra Soares Máximo - CRC 1SP-301581/O-2	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Aos Diretores e Acionistas da Marituba Transmissão de Energia S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marituba Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase sobre a representação dos valores correspondentes: Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, em decorrência da remensuração do ativo de contrato por conta da mudança da taxa de desconto aplicada e consequente mudança da taxa no ganho de eficiência da implementação da infraestrutura, o que é vedado pelo CPC 47, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados para refletir os ajustes identificados, como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada			

2018 (Reapresentado)		2018 (Reapresentado)	
2019	2018	2019	2018
Tributos sobre a receita bruta			
PIS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura			
	(191.509)	(35.192)	
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão			
	(15.616)	(1.177)	
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura			
	(34.681)	(6.210)	
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura			
	(882.102)	(162.097)	
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão			
	(71.928)	(5.419)	
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura			
	(159.739)	(28.610)	
	(1.355.575)	(238.705)	
	13.299.298	2.341.892	
Receita operacional líquida			
16. Custo de implementação de infraestrutura			
Pessoal			
	2.609.438	-	
Serviços de terceiros			
	7.690.187	-	
Gastos ambientais			
	25.369	1.273.715	
Outros			
	208.016	661.833	
	10.533.010	1.935.548	
17. Despesas gerais e administrativas			
Pessoal			
	956.663	1.100	
Serviços de terceiros			
	278.116	1.100	
Tributos			
	2.377	250	
Seguros			
	139.586	26.259	
Outros			
	13.450	133	
	1.390.192	27.742	
As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria, folha de pagamento e amortização das despesas antecipadas de seguros. 18. Seguros: A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 13/2019, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública (nota 7). 19. Instrumentos financeiros: A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com			

taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2, em conformidade com a orientação do CPC 46 - Mensuração do valor justo e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

19.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria
Ativos mensurados pelo custo amortizado

Nível	2019	2018
Bancos	2	15.471
Forneceadores	2	5.955.715

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Nível	2019	2018
Bancos	2	15.471
Forneceadores	2	5.955.715

20. Gestão do capital: A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **21. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Riscos de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. **22. Eventos subsequentes: a) Aumento de capital:** Em 06 de março de 2020 houve aumento de capital em R\$ 369.000, mediante a emissão de 369.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. **b) Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir: A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Atualmente, não há previsão de atraso nas construções que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do imposto de renda diferido. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia.

2019		2019	
2019	2019	2019	2019
INTS - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE			
CNPJ: 11.344.038/0014-12			
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2019 - HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA			
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação das Demonstrações Contábeis encerrada em 31/12/2019 em Reais.			
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019			
Ativo	Nota	2019	Passivo
Circulante		6.928.579	Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	2.237.245	Fornecedores
Com Restrição		2.237.245	Obrigações Sociais e Trabalhistas
Créditos a Receber		3.983.261	Obrigações Tributárias
Com Restrição		3.948.582	Recurso de Convênio e Contratado a Realizar
Adiantamentos		34.679	Não Circulante
Despesas Antecipadas		2.409	Operações entre Unidades
Estoques com Restrição		705.663	Total do Passivo
Não Circulante		103.795,08	
Realizável a Longo Prazo		1.797	
Imobilizado		101.998	
Com Restrição		79.794	
Intangível	2	22.205	
Com Restrição		22.205	
Total do Ativo		7.032.374	
I. Objetivo e Contexto Operacional da Entidade: O INTS - Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde, é uma Organização Social sem fins lucrativos, qualificada de Utilidade Pública Municipal, com atuação na área da saúde, com foco na pesquisa e inovação das melhores práticas tecnológicas para a gestão pública e operação de unidades na área da Saúde, bem como ações e serviços de promoção da saúde, sem contraprestação dos usuários. Em 01 de maio de 2019 foi firmado contrato com o INTS e a Prefeitura do Município de Bertioiga por meio da Secretaria Municipal da Saúde, denominado contrato de Gestão Nº 01/2019, que tem por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações assistenciais e dos serviços de Saúde do Hospital Municipal de Bertioiga, Pronto Atendimento, Serviço de Apoio e Diagnóstico e Terapêutico (SADT) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), sendo que as Demonstrações Contábeis e Notas Ex-			

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2019		2019
Receita dos Serviços Prestados		24.720.338
Serviços Prestados		24.720.338
(=) Receita Operacional Líquida		24.720.338
(-) Custos dos Serviços Prestados		(19.639.293)
Custos com Pessoal		(8.437.991)
Custos com Serviço de Terceiros		(9.290.364)
Custo com Material e Medicamentos		(1.910.937)
(=) Resultado Bruto		5.081.046
(-) Despesas Operacionais		(5.081.046)
Despesas com Materiais		(663.727)
Despesas com Terceiros		(2.716.116)
Despesas Gerais		(1.698.913)
Impostos e Taxas		(1.190)
(+/-) Outros Resultados Operacionais		(1.100)
Receitas e Despesas Financeiras		(1.100)
(=) Superávit do Exercício		-
Superávit do Exercício		-

do linear às taxas anuais, o mesmo refere-se ao Intangível, havendo apenas mudança na amortização calculada pelo método linear a taxa anual, 3- O Passivo é composto por valores nominais e representados pelo saldo constante em 31 de dezembro de 2019, contabilizados de acordo com o regime de competência, 4- As obrigações decorrem basicamente da folha de pagamento da Entidade, 5- A maior parte das obrigações fiscais estão relacionadas a impostos retidos. 6- Até a data da aprovação das demonstrações contábeis e notas explicativas não houveram fatos relevantes que gerasse a necessidade de informar nas demonstrações contábeis e/ou em notas explicativas. Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrações Contábeis. Salvador-BA, 31 de dezembro de 2019.
EMANOEL MARCELINO BARROS SOUSA - Presidente - INTS
DANIELA SANTIAGO - Contador - INTS - CRC-GO 023.084/O-9

